

1 Ata da Reunião Ordinária de nº 297 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada
2 na data de 15 de dezembro de 2021 às 19h30 no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos
3 seguintes membros: no Segmento Gestores Srs. (as). Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e
4 Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS; Segmento de Prestadores Sras. Márcia Cristina
5 Krempel – Titular - HONPAR e Heloísa Toledo Volpato – Titular – Irmandade da Casa; Segmento de
6 Trabalhadores, Srs. (as). Eucir Antônio Zanatta – Titular – SINDSAÚDE; Gisele Dias Picolo – Titular –
7 COREN, Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS e Alecsandro de Andrade Cavalcante –
8 Titular – SIMEPAR; no Segmento de Usuários os Srs. (as) Maria Madalena Carneiro – Suplente – ONG
9 Olho D' Água, Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA, Alzira Maria da Silva Rocha – Titular -
10 Pastoral da Saúde, Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais,
11 Antonio Jorge Magro – Associação Ulisses Guimarães – Titular, Francisco Robério Peres da Cunha –
12 Titular – Pastoral da Criança, Iyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ent. Religiosa ILÉ ÀSE TI
13 TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKĒTU; Maria de Fátima Grego – Titular – UAMMA. Houve também a
14 participação do seguinte Observador: Sr. Gerson Pizzo – membro da APDA. Após verificação da
15 obtenção de quórum, o Presidente Zanatta deu início a Reunião, ensejando boa noite a todos
16 presentes, submetendo a Ata nº296 realizada em 17 de novembro de 2021 para aprovação, e
17 questiona se há alguma questão a ser colocada pelo Plenário, e não havendo a mesma é considerada
18 aprovada por unanimidade. O Presidente Zanatta pergunta aos Conselheiros se há algum ponto de
19 informes ou algo a ser acrescido na Pauta, e o Secretário de Saúde e Conselheiro Moacir relata que
20 como informe, no dia de ontem houve a segunda doação descentralizada de sangue, com a parceria
21 do Hemonúcleo (HN), onde uma parte da equipe do Hemonúcleo (HN) se dispôs a auxiliar, mas que
22 ainda o horário está um pouco engessado, em relação a ser na terça-feira no período da tarde, que
23 estão no processo de divulgação, para cada vez mais haver doadores no Município, pois foram
24 disponibilizados 50 vagas, com 40 doadores aptos. O Secretário Moacir expõe que há um limite para
25 doações de sangue, sendo 4 vezes ao ano para os homens e três vezes ao ano para as mulheres, e
26 que em janeiro devido haver férias no Hemonúcleo (HN), não conseguirá ter uma agenda, mas que a
27 próxima data para doação muito provavelmente será no dia 22 de fevereiro do próximo ano. A
28 Conselheira Márcia coloca que na esteira da questão de sangue, há uma grande preocupação
29 referente algumas mudanças que a SESA está fazendo, que podem impactar e trazer sérios problemas
30 na questão de fornecimento, pois os plantões do Hemonúcleo (HN) serão a distância, a partir do dia
31 20, e que a Instituição HONPAR é o maior consumidor de sangue do Hemonúcleo (HN), e que
32 diariamente é realizado a busca de sangue, incluindo os finais de semanas e feriados, e questiona
33 como será os plantões de sobre aviso, considerando que as duas funcionárias do Hemonúcleo (HN)
34 não residem em Apucarana, e sim em Londrina, sendo que quando entrar em contato precisando de
35 sangue, e o carro da HONPAR for conduzido para a busca, a funcionária precisará sair de Londrina
36 para abrir o Hemonúcleo (HN), e afirma que é inviável. A Conselheira Márcia explana que é necessário
37 ter um estoque de sangue em Arapongas, e o Presidente Zanatta cita que acredita que o consumo de
38 sangue na cidade é maior que em Apucarana e região. A Conselheira Márcia menciona que quer uma
39 pauta na Regional, chamando também o Secretário de Saúde Moacir, pois será mais acessível e
40 econômico, buscar o sangue no ponto de coleta deste Município, se o Hemonúcleo (HN) abastecesse
41 Arapongas, ou então que fosse abolido a história de plantão de sobre aviso, o qual sempre foi
42 presencial. O Secretário de Saúde Moacir afirma que não recebeu uma resposta convincente do
43 pessoal do Hemonúcleo (HN), sobre o motivo dessa mudança, e a Conselheira Márcia, explana que
44 justificam que o sangue tem que ser programado, mas que há duas questões importantes que fogem
45 dessa programação, sendo uma a cirurgia de emergência, e problemas de câncer, pois se for
46 hematológico o paciente descompensa da noite para o dia, e se não tiver transfusão pode haver óbito,
47 e que esse fato não tem como ser programado, e indaga que de que jeito aguardará uma pessoa
48 chegar de Londrina, de noite, madrugada, sábado ou domingo, colocando que o relato foi para o
49 Conselho estar ciente, e que foi pautado para a 16ª Regional de Saúde, mas que falaram que
50 resolveriam. O Presidente Zanatta reportando-se para a Conselheira Márcia comunica que o próprio
51 município encerrará suas atividades no dia 17, mas que não obstante, não podendo-se cercear a
52 negociação, diante da ameaça, do risco, diante da falta de acesso ao sangue pela HONPAR e para os
53 pacientes de Arapongas, e que se a gestão que está sendo realizada, sabendo que a regional
54 possivelmente encerrará no dia 22 ou 23, retornando no dia 03 de janeiro, que o Secretário Moacir
55 continuará de plantão, que nessa condição, o que os Gestores e Prestadores estiverem gerenciando
56 será retomado administrativamente em janeiro, caso já não tenha alcançado uma solução, e se houver
57 um flagelo maior que aconteça, acredita que o Conselho pode ser acionado, para estar co-participe
58 junto ao Gestor, para executar junto ao Estado. O Secretário de Saúde então expõe que no dia
59 seguinte terá uma reunião de CIR – Comissão Intergestores Regional, e que colocará como ponto de
60 pauta, para ser levado para a reunião do CIB – Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que ao

61 menos questionará, que informará que foi dado a ciência ao Conselho. A Conselheira Márcia menciona
62 que poderá ser levado para a reunião como proposta e que há possibilidades de ter o estoque dentro
63 do hospital, pois há estrutura, e que sugeriria o Município, mas tem a questão do recesso, e o
64 Secretário de Saúde afirma que é o ideal, pois é um Hospital capitalizado pelo Estado. O Presidente
65 Zanatta questiona à Conselheira Márcia se o sangue do Hemonúcleo (HN) é utilizado em cirurgias
66 privadas, como exemplo a UNIMED, pois outrora haviam bancos de sangue privados, e tem resposta
67 positiva da Conselheira. Ato contínuo, o Presidente Zanatta cita sobre o calendário de reuniões do
68 Conselho Municipal de Saúde para o ano de 2022, seguindo a lógica da segunda quarta feira mês,
69 excetuando véspera ou pós feriados, e faz referências ao **Item 2**, Ofícios Encaminhados: **Nº54:**
70 **SEMUS** – Solicitação para confecção de cartazes para divulgação das atividades do CMS em
71 repartições públicas do Município; Ofícios Recebidos: **Nº208 – 16ª Regional de Saúde** – Resposta a
72 solicitação de Relatórios de Produção e Cumprimento de Metas dos Hospitais; e sobre esse assunto
73 informa ao Plenário que obteve como resposta da Regional, que não foram feitos os relatórios, devido
74 não ter sido realizado as avaliações junto aos hospitais, e comunica aos Conselheiros que essa
75 demanda será destinada às comissões, para que estas possam traçar algum parecer em relação a
76 esse fato; cita Ofício **Nº420 – SEMUS** – Solicitação para o Conselho de um novo Termo de Fomento
77 para aditivo da Irmandade Santa Casa, na vigência de janeiro a dezembro de 2022; e sobre esse
78 informe, explana que foi realizado uma **Resolução Nº09, AD Referendum**, anteriormente a Plenária
79 com aprovação de um novo Termo de Fomento, e indaga se entre os Conselheiros há algum
80 posicionamento em relação a renovação deste documento, dos recursos disponibilizados do Município
81 para a Santa Casa, com alinhamento a Rede Mãe Paranaense. A Conselheira Iyálòrisá Joilda
82 questiona se esse Fomento é o mesmo para o pagamento de obstetras, pediatras e anestesistas, e se
83 foi realizado a prestação de contas do Fomento anterior, e o Secretário de Saúde Moacir afirma que
84 não, pois a vigência do mesmo é até o dia 10 de janeiro, sendo a última parcela executada nessa
85 semana, e que haverá então a prestação de contas, o qual há necessidade que a mesma seja pública,
86 sendo própria recomendação do Ministério Público. O Secretário Moacir expõe também que participou
87 de uma reunião com a Promotora de Saúde Sra. Flávia a respeito dos questionamentos feitos, e o
88 CAOP SAÚDE, que é um órgão do Ministério Público, afirmou dessa possibilidade assim como
89 anteriormente, desde que seja pactuado com o Conselho, quanto na CIB, e os valores serão mantidos,
90 não havendo nenhuma redução, nem aumento, sendo exclusivamente para o pagamento dos plantões
91 desses profissionais, dessas três áreas, com prazo para a prestação de contas até o dia 10 de janeiro
92 de 2022. O Secretário de Saúde Moacir, cita também que caso o convênio seja firmado em janeiro, não
93 poderá ser realizado o pagamento de serviço prestado anteriormente a realização do convênio, e
94 diferente do que ocorreu no ano passado, quando aconteceu todo o questionamento, quando foi
95 firmado o convênio em março e ficaram duas competências sem receber o recurso, e houve a
96 necessidade de fazer toda a alteração no plano de trabalho, onde a Santa Casa precisou arcar as
97 despesas com outros recursos, o qual foi complementado posteriormente pelo Município desonerando
98 em outras ações a Santa Casa, para poder pagar os passivos anterior. A Conselheira Heloisa
99 menciona que a prestação de contas é feita mensalmente para a colocação do CID, e se for acessado
100 o site do Tribunal de Contas, obterá as informações da gestão mensal. O Presidente Zanatta
101 explana que obviamente o Conselho tem essa proposta, que as Comissões culminaram os trabalhos
102 dentro da cronologia estabelecida, que agora iniciaria as atividades dentro das contratualizações, por
103 esse motivo está sendo remetido toda a questão de contratualização do Estado, assim como a
104 contratualização do Município para o ano que entra, e que acredita que fica oportuno, porque há os
105 relatórios mensais, e o fechamento anual que será colocado. O Presidente informa ao Plenário que
106 primeiramente a Comissão de Finanças está nesse sentido, que o Conselho está um pouco deficitário
107 quanto as ações da Comissão de Fiscalização, sendo uma discussão já realizada, mas que está
108 prolatada para o próximo ano. Na ocasião, a Conselheira Márcia pede a palavra e relata que não tem
109 nada contra a Irmandade Santa Casa receber recurso, pois merecem, mas acredita ser necessário a
110 isonomia, pois na cidade são dois serviços que atendem a cidade e a região, e não há isonomia. Que
111 não é uma preferência, mas há todo um incentivo, todo o apoio do Município à Santa Casa, e nada
112 para a HONPAR, que não significa que a HONPAR que tem um maior volume de atendimento e tenha
113 um contrato maior que a Santa Casa, não passe por dificuldades, e afirma que gostaria de deixar
114 registrado que o Estado não está pagando, o COVID não receberam desde fevereiro, março, tendo
115 uma defasagem muito grande, o qual receberam por um tempo equivalente a média, e está sendo
116 necessário recorrer a empréstimo para pagar folha, a HONPAR nunca deixou de cumprir com suas
117 obrigações, em relação a funcionário, fornecedor, sendo extremamente idônea, e ressalta que cabe a
118 Santa Casa receber, mas que é necessário que a Prefeitura tenha um olhar para todos os serviços da
119 cidade, ter uma isonomia, pois a HONPAR também tem pronto – socorro aberto, e que há médicos que
120 atualmente não aceita receber pelo SUS, e se a HONPAR não complementar, não terá profissional.

121 Que houve uma época esse valor repartido entre as duas instituições, posteriormente voltando para
122 Santa Casa. O Presidente Zanatta reportando-se para a Conselheira Márcia, diz que tem um
123 comentário nesse sentido, sendo a primeira questão que surge pela fala da Conselheira, que foi
124 aquela historicamente registrada pela própria HONPAR, que não está fazendo mérito se a Instituição
125 tem necessidade ou não dos recursos, que a mesma não aceitou a obstetrícia, e que nessa ótica a
126 HONPAR já em seu berço relegou o atendimento em pediatria, e obstetrícia, fazendo a opção de não
127 atender foi dirigida para alta – complexidade para as cirurgias, a UTI primariamente, e depois aos
128 credenciamentos de alta complexidade cardio e oncologia, adquirindo esse perfil, ato perfeito, restando
129 portando a Santa Casa a obstetrícia e atenção média e baixa, e atura nessa situação que é deficitária,
130 tendo esse fato como experiência própria em outras Instituições Hospitalares, e por esse motivo o
131 mérito de ter colocado o Item 3 da Resolução nº 09/2021, que diz da necessidade de manutenção de
132 ações em Serviços Públicos, ofertados a população, visando um adequado financiamento e
133 aprimoramento, da articulação e cooperação Interfederativa, ou seja, traduzindo que o financiamento
134 seria tripartite, e não visualiza como o Município não sendo Gestão Plena, assumir financiamento
135 tripartite, e auxiliar a HONPAR em qualquer outra ação de média e alta complexidade que é
136 responsabilidade do Estado. O Presidente Zanatta segue expondo para a Conselheira Márcia que
137 ainda durante a primeira gestão do atual Prefeito, estando a mesma como Secretária de Saúde foi feito
138 realmente e aí a revelia do interessado Santa Casa, a transposição mensal, que foi tirado da Santa
139 Casa, por cerca de um ano e a Conselheira Márcia afirma que tal repasse era anual. O Presidente
140 segue a fala dizendo que este valor foi tirado da Santa Casa e partilhado com a HONPAR, que na
141 época foi alertado ao Município, inclusive na sequência ao Secretário Moacir, que esse recurso saiu do
142 Município para a Rede de Obstetrícia, e quando foi para o João de Freitas foi para Obstetrícia e Pronto
143 Socorro, o qual consta nos expedientes que estão no portal do Município. Segue enfatizando que está
144 apenas fazendo lembrança, e que constam em atas e atas para serem lidas, e que não tira o mérito do
145 Município, talvez virar a Gestão Plena e de auxiliar nessas outras questões que são média e alta
146 complexidade, e que também o Hospital João de Freitas nunca pleitou que se transformasse em Plena,
147 justamente para que pudesse ainda ter um lastro de recursos alcançados, sobre a tutela do Estado, e
148 que identifica que injusto seria partilhar os poucos recursos da Santa Casa, e que novos recursos
149 acredita ser para discussões futuras no Conselho. O Conselheiro Alecsandro solicita a palavra e relata
150 que brevemente gostaria de fazer um contraponto, para esclarecer a fala que o Hospital João de
151 Freitas recusou a pediatria e a ginecologia, não procede nesses termos, pois houve em um
152 determinado momento a proposta do Mãe Paranaense, sendo que o Dr. Hécio era o Diretor da
153 Regional de Saúde, e que houve um pedido do Dr. Elton Carvalho, o então Provedor da Santa Casa,
154 que esse recurso do Mãe Paranaense viesse para a Santa Casa, com mais uma das tentativas de
155 angariar recursos para o hospital, e que ocorreu foi que já que queriam o Mãe Paranaense, sendo o
156 mesmo 100%, acabando a história do paciente ficar quinze dias na Santa Casa, e outros quinze no
157 João de Freitas, e nesse contexto que a pediatria e a ginecologia saíram do João de Freitas, e frisa
158 que esses serviços não saíram totalmente porque o João de Freitas faz cirurgias pediátricas, a não ser
159 que parou de fazer agora, tem otorrino pela pediatria, tem procedimentos sendo feitos pela obstetrícia,
160 sem a contrapartida do Mãe Paranaense, e ressalta novamente que a fala que a Instituição não quis
161 anteriormente, não procede, pois fazia parte da equipe. O Presidente Zanatta reafirma ao Conselheiro
162 Alecsandro que procede sim dentro do CMS, com a possibilidade de não ser pelo mesmo campo de
163 visão que como trabalhador, profissional médico no referido local, observado pelo Dr Alecsandro que
164 não compunha deste CMS, que para o Conselho procede, havendo registros, e que o Conselheiro está
165 dizendo refere-se aos bastidores, e que este tem conhecimento pelo que foi transitado dentro do
166 Conselho. O Conselheiro Alecsandro então menciona que está falando de uma reunião que não é
167 bastidor, sendo da Regional com os profissionais da Santa Casa, o qual houve uma proposta na época
168 dos recursos para a Santa Casa, vindo um pacote inteiro, e aí então deu no que deu, porque sabem
169 que até pedófilo condenado foi contratado para atender na pediatria, e que é necessário fazer esse
170 contraponto, e lembrar que a Santa Casa não presta serviço única e exclusivamente ao SUS, sendo
171 que o SUS mantém a figura presencial do pediatra e do ginecologista, que atendem muito mais os
172 interesses da UNIMED, Sulamérica, Banco do Brasil e qualquer outro convênio, do que os interesses
173 do SUS, e que os interesses do SUS o Município resolve no PAI – Pronto Atendimento Infantil, e você
174 tem muito mais na porta um profissional pago para atender convênio, e o Presidente Zanatta expõe
175 que não visualiza dessa forma. O Conselheiro Alecsandro continua a fala que há 9% da população do
176 Município que utilizam convênio, e essas pessoas usufruem dos serviços da Santa Casa, e se baterem
177 na porta da Santa Casa haverá um plantonista para atendê-las, e se alguém chegar lá do SUS e não
178 tiver encaminhamento volta para a casa, e inclusive convênio volta para casa, e que houve uma
179 intervenção há poucos dias do Secretário, de um paciente do Bradesco que voltou, sendo algo já
180 relatado. A Conselheira Heloísa afirma que foi relatado errado, pois a paciente havia solicitado

181 atendimento pelo SUS, e o Conselheiro Alecsandro em resposta cita que não foi relatado errado, pois
182 foi este que informou, e que está sendo financiado 100% de recurso SUS, para uma Entidade que não
183 é 100% SUS. Ato contínuo, o Presidente Zanatta questiona ao Conselheiro Robério, se a Comissão
184 deste, do qual o Conselheiro Alecsandro faz parte, não tem recebido cobranças por parte da Mesa, por
185 estarem deficitários, ou atrasados, ou não conseguiram efetivar, e reportando-se para o Conselheiro
186 Alecsandro diz que se a COMTEFIS estivesse comparecido na Irmandade Santa Casa, inclusive com o
187 auxílio da Mesa, e participação, estariam com conhecimento inclusive na situação que o mesmo está
188 divergindo da Conselheira que representa a Entidade Santa Casa, qual seria o fundo verdadeiro, teria
189 também uma consistência maior sobre a questão de volume, e que não dá para se ter concepção para
190 falar do que representam esses 100% do recurso SUS, que representam no Mãe Paranaense R\$100
191 mil mês, e global para a Santa Casa por volta de R\$ 500 mil, em contraste aos cerca de R\$ 6 milhões
192 que representa 100 % SUS junto a HONPAR, e questiona ao Conselheiro Alecsandro se o mesmo
193 discutirá do volume em atendimentos particular em uma Instituição como a HONPAR e afirma que essa
194 discussão não dá para ser feita em Plenário, absolutamente não. O Conselheira Alecsandro então
195 afirma que tem que chegar em um momento de discutir essas contratualizações, por que há uma
196 Entidade que presta 91% de atendimento. O Presidente Zanatta então cita que a Regional de Saúde
197 informou que não realizou uma avaliação, em dois anos, e o Conselheiro Alecsandro menciona que a
198 Pandemia está há dois anos, e que não fizeram avaliação o tempo todo, e o Presidente expõe que se
199 não fizeram a avaliação, gostaria de saber pois mesmo sendo um Decreto Federal, tem que haver no
200 Tribunal de Contas uma relação custo x benefício, porque foi ejetado R\$ 6 milhões, e não teve o
201 serviço, e questiona o que foi feito com os R\$ 6 milhões, já que não houveram serviços habituais, se foi
202 demitido funcionário nessa época, se foi reduzido o volume médico, e que estas são as características
203 que as Comissões precisam fazer, perpetrando as portas dos hospitais, e que a Conselheira Márcia, já
204 falou ao menos uma vez que a HONPAR está de portas abertas, e que então está aguardando as
205 portas abertas dos dois hospitais, com as Comissões entrando neles, e que não há possibilidade de
206 ficarem aqui trocando opiniões. Com a palavra a Conselheira Márcia relata então que várias falas não
207 correspondem a realidade, e o Presidente reitera que pode resgatar as informações do CMS, e a
208 Conselheira continua explanando que realmente a HONPAR abriu mão da obstetrícia, mas em favor da
209 Santa Casa e não para se eximir, e o Presidente Zanatta responde que absolutamente não foi em favor
210 da Santa Casa, mas sim porque a obstetrícia não trazia recursos financeiros condizentes com a
211 expectativa administrativa daquele hospital, que essa fala da Conselheira pode ser feita para leigos,
212 mas não para o Conselho, acrescentando que caso algum conselheiro discorde deva manifestar-se. A
213 Conselheira Márcia então cita que a Santa Casa não atende apenas a obstetrícia, mas também há
214 outras especialidades. O Conselheiro Sérgio Azevedo solicita a palavra, e referindo-se a questão de
215 isonomia ou rateio financeiro, pleiteado pela representante da HONPAR, que se não está enganado, o
216 Governador Ratinho Junior fez um repasse de R\$ 18, 5 milhões para Arapongas, sendo destinado para
217 HONPAR e Santa Casa, o qual foram R\$ 17 milhões para HONPAR e R\$ 1,5 milhões para a Santa
218 Casa, questionando se cabe isonomia também nesses recursos, e que o certo seria R\$9 milhões para
219 cada, e que então discutirão a noite inteira, sem resultado algum, que quem não concordar com a
220 Resolução N°09 Ad Referendum, poderá votar ao contrário, e quem está de acordo votará favorável, e
221 posteriormente podem sentar e conversar, alega ainda que não é a favor nem contra ninguém, mas
222 quer apenas que o serviço caminhe. Em continuidade, a Conselheira Márcia expõe que tudo na vida
223 depende de projeto, porque se há um projeto de uma construção de um complexo hospitalar, uma
224 revolução para a Cidade sendo uma referência de Saúde do Sul do País, então terá um futuro
225 vislumbrado pela frente, e que se o Estado acredita nesse projeto, e ajuda é uma coisa, agora se a
226 Santa Casa fizer um projeto desse porte e ir atrás de recursos, provavelmente conseguirá. A
227 Conselheira Heloísa explana que a Conselheira Márcia quer dizer a respeito de isonomia, é a questão
228 de valores, de contratualizações, e que acredita que o Termo de Fomento que até o Secretário de
229 Saúde pode pronunciar, que passou pelo parecer do CAOPS, e que na verdade apenas foi enviado o
230 Termo de Fomento porque o Município só tem a Atenção Básica, pois se existisse esse tipo de
231 assistência própria não seria possível o Convênio. Com a palavra o Secretário de Saúde Moacir,
232 pronuncia dizendo que a questão do histórico de repasses para a Santa Casa que não é dessa
233 Gestão, e sim vem de anos e anos, e hoje o Município consegue fazer todo o atendimento ambulatorial
234 e na hora do parto é que se faz a referência para onde as crianças vão nascer, se vão nascer aqui em
235 Arapongas, ou se vão nascer em outra localidade, citando os municípios de Londrina, Apucarana, ou
236 ainda Astorga, sendo que este último deixou de ser referência para outros municípios. Que há dois
237 anos isto quase aconteceu, uma vez que não poderíamos realizar esse tipo de Fomento, e que em
238 Apucarana afirmou que não poderia receber nossas gestantes, por falta de capacidade, e a mesma
239 dificuldade financeira que a Santa Casa passa aqui, e lembrou que nós somos Sede Microrregional
240 junto a Rede Mãe Paranaense, ao que o Presidente Zanatta questiona se o município de Sabáudia

241 está dispondo de algum recurso para a Santa Casa, sendo acenado negativamente pela Conselheira
242 Heloísa, e sendo então dito que esta deve ser uma demanda do Conselho, pois são recursos só de
243 Arapongas, para uma discussão que tem o percentual de nascimentos de outro município. O
244 Secretário de Saúde Moacir afirma que há um deficit orçamentário, e que tem sido discutido junto
245 CRESEMS – Conselho Regional de Secretários Municipais de Saúde, para que seja possível pelos
246 municípios maiores, citando Arapongas, Apucarana e Jandaia, dar suporte para minimizar esse deficit,
247 que esses as vezes nunca terão condições de dar contrapartida, seja para HONPAR, seja para Santa
248 Casa, assim como também Arapongas serve de Sede de micro para o CAPS, para UPA, e
249 eventualmente outros serviços de média complexidade. Cita que quando houve o questionamento do
250 Ministério Público sobre o Termo de Fomento, foi feita toda essa narrativa, sobre essa
251 operacionalização assistencial, e este encaminhou ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias, e
252 desta forma houve respaldo para esta pactuação com o Prestador, havendo então chance de
253 inviabilizar o Prestador, e que desta forma havendo atendimento integral e desde que pactuado no
254 Conselho Municipal de Saúde, assim como na Comissão Intergestores Bipartite Regional, poderíamos
255 efetivar o Convênio, mantendo adequada prestação de contas junto ao SIT – Sistema de Informação
256 do Tribunal de Contas do Estado, sendo viável ainda que se possa abrir uma discussão horizontal junto
257 ao Estado, inclusive da defasagem da tabela SUS, havendo deficiência financeira em várias áreas, e
258 não só em Materno Infantil. Que estamos fazendo um Termo de Fomento, pois o Estado é deficitário no
259 financiamento da Saúde, principalmente para os municípios que não são gestão plena. Que o que a
260 Conselheira Márcia disse aqui, sobre não ter recebido os recursos COVID, que não imagina como o
261 hospital poderá suportar sem esses recursos, e de seu prejuízo, porque o discurso é que o Governo
262 Federal estava repassando, e o Governo Estadual assumiu o repasse dos leitos de COVID, e aí agora
263 é noticiado um deficit de seis meses, que ao invés dos municípios ficarem se matando entre si, em
264 reuniões de secretários também, pois cada um quer trazer os seus problemas, que temos que unir
265 forças, e responsabilizar o Estado, para trazer recursos do Estado para dentro dos municípios. Cita
266 que a Santa Casa de Arapongas está em busca de recursos para a ampliação de Pronto Socorro, e
267 também de UTI Neonatal, assim como a HONPAR em sua reestruturação, e se for o caso submeter ao
268 CAOP Saúde, para saber dessa possibilidade ou não. Que diante do Termo de Fomento o valor é
269 exatamente o mesmo do ano anterior, tendo sido aventado a possibilidade de compra de outros
270 serviços, a exemplo de ultrassonografia, mas hoje nos limitamos aos plantões das áreas de anestesia,
271 pediatria e obstetrícia, na ordem de R\$2.531,640,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e um mil e
272 seiscentos e quarenta reais) dividido em 12 parcelas, não envolvendo materiais e insumos, com
273 exclusividade para pagamento de pessoa jurídica, que ainda cabe discussões que o Conselheiro
274 Alecsandro traz ao Conselho diante da assistência, havendo único desejo que haja segurança
275 assistencial 24 horas por dia para a obstetrícia, pois são mais de 100 crianças que nascem por mês.
276 Que houveram algumas situações críticas esse ano, que estamos terminando o ano com a mortalidade
277 infantil maior que o ano passado, e que há ajustes a serem feitos, que faz essas ponderações para que
278 se diminua o tensionamento no CMS, ao que o Presidente Zanatta diz que está pauta suscitada pela
279 Conselheira Márcia, ou seja fez uma fala fora da pauta, pois teríamos uma pauta única que seria a
280 aprovação do Termo de Fomento da Santa Casa, e não o resgate de interesse da Instituição HONPAR,
281 e desta forma coloca em votação pelo Plenário do referido Termo de Fomento, e a **Resolução Nº09** do
282 CMS, que faz a publicação **AD Referendum**, sendo estes aprovados por unanimidade. O Conselheiro
283 Moacir faz referência as cirurgias ginecológicas, que representam uma dificuldade enorme para todos
284 os municípios da nossa Regional de Saúde pelo SUS, uma pelo valor, onde os Prestadores não se
285 dispõe e para isso existe uma tabela do CISVIR, sendo realizadas algumas na Santa Casa, e que
286 também a HONPAR se tiver interesse poderá realizá-las, desta forma, mantendo os pacientes do
287 nosso Município que é uma coisa de média complexidade, que é uma carga do Estado. A Conselheira
288 Márcia afirma que na HONPAR tem duas equipes de ginecologia, que pelo SUS ninguém atende,
289 questionando se o atendimento será via CISVIR, pois não adianta querer colocar SUS lá, que não vai
290 achar Prestador nunca. A Conselheira Heloísa afirma que iniciou esse serviço para o Município,
291 através do CISVIR, para laqueadura e vasectomia, e que para reorganizar isso tudo a especialidade
292 tem que ser centralizada, para que se possa dar encaminhamentos mais adequados e efetivos. O
293 Conselheiro Alecsandro questiona porque os hospitais da região metropolitana, da Capital,
294 credenciados ao SUS, com a mesma tabela conseguem fazer histerectomia, por vídeo, conseguem
295 fazer vesícula por vídeo, sendo dito pela Conselheira Márcia que talvez seja uma questão de alto
296 volume. O Conselheiro Alecsandro afirma que há em Arapongas hoje aguardando histerectomia, uma
297 laqueadura, pelo menos umas duas mil mulheres, que aqui em Arapongas se faz uma cirurgia aberta,
298 com aumento potencial de riscos, com cicatrizes para as mulheres, que é uma questão psicossocial, e
299 que havendo colegas que afirmam que o SUS não cobre cirurgia por vídeo. O Presidente Zanatta
300 coloca que o SUS possui cirurgias por vídeo, e a céu aberto, paga procedimentos de artroplastia, ou

301 uma laqueadura, que o SUS paga pterígio ocular, mas não se interessa tanto por raspagem, ou por
302 retalho, que a questão da introdução de novas tecnologias, e cita que há profissionais hoje da
303 ortopedia que não tem mais habilidade para cirurgias a céu aberto, uma vez adquirindo capacidade
304 para realizá-las por vídeo, e isso dependendo da escola que cursou, e que já há profissionais antigos
305 que não trabalham por vídeo, utilizando-se de técnicas anteriores, sendo ambas resolutivas. A
306 Conselheira Iyálòrisá Joilda, cita que gostaria apenas de fazer um complemento da fala do Conselheiro
307 Alecsandro, que a questão principalmente do hospital que atende essas questões de cirurgia, como de
308 vesícula por exemplo, e que tem uma filha que está passando por essa situação, e ela que mantém a
309 casa, e está com a vesícula cheia de pedras, e terá que retirar totalmente a vesícula, e serão 60 dias
310 pelo modo tradicional, ou seja uma pessoa tem 03 filhos menores de idade, que sustenta a casa no
311 momento, e não poderá ir trabalhar, sendo que uma de vídeo hoje é R\$5 mil reais, se ela quiser a
312 Videolaparoscopia, mas o SUS não oferta esse procedimento, e o Presidente Zanatta diz que não é
313 que o SUS não oferta, e a Conselheira diz que não é que não oferta, como o Presidente colocou, e o
314 Presidente afirma que é porque o profissional não realiza pelo SUS a vídeo, e a Conselheira Iyálòrisá
315 Joilda continua a sua fala mencionando que se fosse por vídeo seria R\$5 mil, e que é uma questão de
316 repensar. O Conselheiro Alecsandro cita então que se é o profissional, e o vídeo é dele, e oferta para
317 quem ele quer, mas que é preciso ver se esses vídeos são adquiridos apenas por convênio, por
318 emenda, ao que o Presidente Zanatta diz que tem que ter o raciocínio, porque se é o detentor da
319 compra de serviços, se é o Gestor Público, e vai para comprar a cirurgia, e pergunta comprarei a
320 cirurgia que você quer me oferecer, ou a que preciso. A Conselheira Márcia pede a palavra, e diz que o
321 vídeo era da equipe, e ele falou se eu usar esse vídeo e estragar ele custa muitos milhões, não é
322 barato, e o Conselheiro Alecsandro diz que se ele custa muitos milhões é difícil acreditar que seja da
323 equipe, e o Presidente Zanatta menciona que também acha que não seja muitos milhões. A
324 Conselheira Márcia então ressalta que é caro para a equipe adquirir, e o Presidente volta e frisar que
325 não acredita que chega a casa de um milhão, mas sim em milhares de reais, a Conselheira em
326 prosseguimento diz novamente que é caro, por que terá que ser usado ABN para operar, e se estragar
327 essa ABN terá que ser comprada outra, e diz que é só essa comparação, e a outra questão é a da
328 vesícula, e a Conselheira Iyálòrisá Joilda enfatiza que pelo SUS a filha ficará no mínimo 60 dias, e a
329 Conselheira Márcia expõe que essa situação do vídeo que o SUS paga, o SUS paga aquilo ali, cita.
330 Ressalta que o vídeo apareceu depois, porque essa tabela é antes dá vídeo, e o Presidente Zanatta
331 diz que isso é uma discussão totalmente concreta, a questão de valores da tabela SUS. A Conselheira
332 Márcia, volta a colocar que se for feita uma colonoscopia, ou endoscopia, o hospital faz com sedação,
333 e o SUS não faz com sedação, frisando que o SUS não compra a sedação, e na hora que vai fazer o
334 contrato, é informado que é sem sedação e diz, achamos que é uma agressão a pessoa fazer um
335 exame desse sem anestésico, sem a sedação, e se a gente pôr a sedação, se usamos porque
336 achamos que é humano usar com a sedação, é por nossa conta, que tem que medir um pouco as
337 palavras e conhecer mais a fundo como é que funciona essa situação, porque o SUS não é tão
338 bonzinho. O Presidente Zanatta pergunta em qual situação é feito a sedação, e a Conselheira Márcia
339 responde que é em endoscopia, e colonoscopia que fazem com sedação, e o Presidente expõe que
340 sedação não é anestesia, que não pode ser tratado como anestesia, e o Conselheiro Alecsandro diz
341 que isso é inerente do procedimento, que não pode examinar um tímpano sem remover a cera,
342 dizendo que algumas coisas que são cobradas são um absurdo. Conselheira Márcia diz olha vocês
343 não estão lá, para saber. A Conselheira Maria Madalena reportando-se para a Conselheira Márcia
344 questiona se esse dinheiro vem para o hospital, se o SUS manda dinheiro para esse procedimento,
345 tendo como resposta que é uma tabela, e a Conselheira Maria Madalena continua a indagação, e essa
346 tabela tem feito o quê, se não é usada, ao que a Conselheira Marcia diz que lógico que não é usada,
347 que o valor não cobre os custos, se for feito um procedimento, um anestésico, tem um profissional
348 anestesista, que é ele que tem que acompanhar, e você tem, um produto, um profissional, e ele vai
349 ficar ali acompanhando a sua endoscopia, e o SUS vai pagar R\$100 (cem reais) e o Presidente
350 Zanatta afirma que não fica, não existe nenhuma endoscopia acompanhada por anestesista, e a
351 Conselheira Márcia diz que o SUS não paga o anestesista e não paga o anestésico, só o
352 procedimento, que então é R\$100,00 (cem reais) e se eu quiser colocar o anestesista e o anestésico
353 vou ter que pagar do bolso, e a Conselheira Maria Madalena volta a questionar, e esses R\$100 (cem
354 reais) que o SUS manda, o que é feito com ele, se não fazem o procedimento, e o Conselheiro Sérgio
355 afirma que apenas o valor é baixo, e o Conselheiro Alecsandro indaga a Conselheira Márcia se a
356 mesma sabe dizer o anestésico que é usado para sedação, e a Conselheira responde que não sabe,
357 que não entra nesses detalhes, e a Conselheira Gisele responde Tropozol, ou ainda Dermonid, e o
358 Conselheiro Alecsandro explana que seria interessante saberem. O Presidente Zanatta questiona aos
359 profissionais Alecsandro e Gisele se durante seus anos de experiência já viram algum profissional
360 médico endoscopista, acompanhado por anestesista durante o procedimento de endoscopia,

361 afirmando que existem cerca de quatro profissionais nessa cidade que realizam esse procedimento,
362 sendo afirmado pela Conselheira Gisele que já trabalhou na HONPAR, e também junto ao Dr. Pieker
363 (Clinica Gastromed), tendo apenas visto algum procedimento acompanhado na HONPAR mas
364 particular, sendo R\$500,00 o procedimento e R\$100,00 o anestesista. A Conselheira Maria Madalena
365 afirma que fez mais de uma vez endoscopia e nunca esteve presente um anestesista, ao que a
366 Conselheira Márcia indaga se a mesma foi sedada, e novamente o Presidente Zanatta solicita a
367 correção do termo anestesiada, por sedada, e Márcia afirma que se dormiu foi sedada, e o SUS não
368 paga. O Presidente Zanatta dando andamento apresenta a **Resolução N°04** - Aprovação para o
369 ingresso e participação da Secretaria Municipal de Saúde ao implemento de recursos referente a
370 Resolução SESA N° 870/2021; **Resolução N° 05/2021** – Aprovação AD Referendum para ingresso e
371 participação da Secretaria Municipal de Saúde ao implemento de recursos conforme Resolução SESA
372 N°1.009/2021 e Resolução SESA N°769/2019; e portanto necessitando de aprovação do Plenário,
373 sendo aprovado unanimemente. **Resolução N° 06/2021** - Aprovação AD Referendum para ingresso e
374 participação da Secretaria Municipal de Saúde ao implemento de recursos conforme Resolução SESA
375 N°931/2021 e Resolução SESA N°920/2020 que altera o Art. 3º e 6º da Resolução SESA N°773 /2019;
376 sendo aprovada pela Plenária; cita **Resolução N° 07/2021** – Constituição da Comissão Especial
377 Temporária de Acompanhamento a Denúncia HONPAR; **Resolução N°08/2021** – Aprovação AD
378 Referendum do Convênio 0777/2020: Implantação de Fossas sépticas e Caixas d'água no
379 Assentamento Dorcelina Folador e na Vila Rural Julio de Oliveira Cardoso. A Conselheira Márcia
380 questiona se apesar de ser saneamento, se a competência não seria de Meio Ambiente, ao que o
381 Presidente Zanatta afirma que não pois são instalações sanitárias, e o Conselheiro Moacir afirma que
382 mesmo sendo recursos da FUNASA e não do Ministério da Saúde são destinados para a Saúde, e a
383 Conselheira Márcia afirma que jogam o custo do tratamento de água na Saúde, que a exemplo o
384 Governador Requião, o que ele gastava em saneamento, ele colocava em despesas na Saúde. O
385 Presidente Zanatta afirma que a origem do recurso, a dotação orçamentária de onde foi conseguido
386 recurso, está na área de saneamento básico ambiental, sendo destinado a área rural, não área urbana,
387 ao que o Conselheiro Sérgio diz que tem que ser respeitado o que está dito na Portaria N°518/2004 da
388 FUNASA/MS. O Conselheiro Alecsandro questiona a origem do projeto, e o Presidente Zanatta
389 responde que são recurso programáticos do Ministério, onde o Município ingressa com projeto para a
390 captação de recursos, e sendo esta aprovada por unanimidade. Apresenta que as Resoluções N°10 e
391 N°11, as quais são similares para atendimento de processos distintos, um atendendo a Resolução
392 N°776/ SESA, para pleito a recursos financeiros, para o transporte sanitário, e outra a Resolução
393 N°1067 que habilita os municípios que qualifica os programas estratégicos para qualificação da
394 atenção primária, em transporte sanitário, colocando que serão atendidas duas emendas
395 parlamentares distintas, sendo também aprovadas por unanimidade. O Conselheiro Moacir relata que
396 foi publicado uma resolução pela Secretaria de Estado dispondo de incentivo financeiro no valor de
397 R\$50 mil, mensal, tanto para Apucarana quanto para Arapongas, pois diante das bases do SAMU tem
398 que ser dado cobertura agora de parte das rodovias devido a quebra de contrato com o pedágio,
399 afirmando que foi colocado uma quarta ambulância para uma melhor resposta aos atendimentos, e não
400 causando prejuízo ao Município, inclusive com aumento de horas extras para os profissionais, para
401 suprir essa carência, e comenta das articulações entre os diversos municípios envolvidos, até Mauá da
402 Serra, e também do Corpo de Bombeiros. O Presidente Zanatta retomando a Pauta solicita a avaliação
403 dos Conselheiros, inclusive para eventual alteração de Pauta, colocando que em 12 de outubro a Mesa
404 Diretiva recebeu cópia do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, e que já no dia 16 de outubro esta já
405 encontra-se a disposição de todos os Conselheiros, perfazendo então 60 dias em que este se encontra
406 a disposição dos Conselheiros para avaliação e análise, e que entende ser difícil pela sua extensão,
407 que também foi encaminhado e trabalhado a Programação Anual, e o DigiSus, e este último contendo
408 em seu item 13º que trata do Controle Social, e daquilo que foi introduzido pela Mesa Diretiva, sendo
409 estes aprovados pela Plenária. Submete agora o Plano Municipal de Saúde a aprovação, que em
410 outros anos este era postergado para aprovação em até 06 meses do ano subsequente, e que já
411 temos em tese condições de aprová-lo agora, questionando desta condição o Plenário, afirma ainda
412 que este pode sofrer alterações a qualquer tempo, estando ainda passando por pequenas correções
413 em sua formatação, e frisa da introdução do cumprimento do Regimento Interno, diante das finalidades
414 do Conselho, junto a estes instrumentos de Gestão, fazendo a leitura do Art.2, do Regimento Interno
415 do CMS. Desta forma, novamente questiona ao Plenário quanto a aprovação do Plano Municipal de
416 Saúde. A Conselheira Iyálòrísá Joilda pede a palavra, e relata que gostaria de apenas de fazer uma
417 colocação em relação ao Plano, já que se trata de 2022-2025 até direcionando para o Secretário
418 Municipal de Saúde, com relação as discussões realizadas do Evento de Saúde da População Negra
419 que trata nas questões das populações vulneráveis, que está defendendo as questões dos povos e
420 comunidades tradicionais, não só da população negra, mas de todas as populações vulneráveis, e que

421 entra a população LGBTQI, população de rua, população carcerária, povos e comunidades
422 tradicionais, população POP que é de rua, e que seria importante, e que não viu neste Plano,
423 afirmando que fez a leitura do Plano, desde que ele foi encaminhado, e que foi encaminhado em
424 outubro, e que se pronunciou em relação a algumas Diretrizes, que foram incluídas na questão do Pós
425 Pandemia que não fazia parte, e que deixa a sugestão de fazer parte, e que inclusive foi uma dos
426 questionamentos que foram feitos do Dr. Thiago que inclusive já foi da Ouvidoria, da Defensoria do
427 Ministério Público de Curitiba, e ele é advogado, cita que Arapongas participa, é parceiro na saúde da
428 População Negra, é direcionado para as populações vulneráveis, mas não estamos dentro do Plano
429 Municipal, nem do Plano Diretor, e que gostaria de deixar a proposta, e direcionando -se para o
430 Secretário de Saúde Moacir expõe, inclusive o senhor citou, na Ata 296 tem uma fala sua inclusive
431 sugerindo essa proposta, e ressalta que gostaria de reforçar, que sejam incluídas diretrizes nesse
432 sentido, e de fazer parte do orçamento da Saúde, que estamos falando de Saúde Pública, prevenção
433 em saúde, e que isso foi discutido também na Plenária N°296, que precisamos trabalhar mais a
434 questão de prevenção em saúde, até para evitar as demandas muito grande dentro das urgências e
435 emergências, e podemos trabalhar melhor dentro dos PSF. O Presidente Zanatta então solicita que a
436 Conselheira Iyálòrisá Joilda reitere a sua fala de forma sucinta, o que é para ser incluído no orçamento,
437 nas propostas, e a Conselheira diz que seja incluído dentro do orçamento da Saúde, as questões de
438 promoções de saúde, as atividades relevantes das populações vulneráveis, e dentre essas populações
439 está aí a população negra, os povos das comunidades tradicionais, porque hoje eu vejo que o
440 Município trata só a questão da população de rua, eu não vejo especificando. O Conselheiro Sérgio
441 questiona se o Plano Geral já não está englobando isso, a não ser que houvesse extinção, mas
442 acredita que trata, e questiona para entendimento só para entender se não seria uma questão então de
443 exclusivismo, quer de população negra, quer LGBT, não está tendo essa discriminação, e a
444 Conselheira Iyálòrisá Joilda responde que não é segregação, discriminação nada disso, estamos
445 falando de Controle Social, de discussão de Controle Social, de populações vulneráveis, inclusive onde
446 a discussão acontece dentro do Estado. A Conselheira Márcia relata que realmente não fez a leitura,
447 mas sabe que tem um item sobre a Gestante, e fazendo a observação do Plano Municipal de Saúde,
448 faz a busca do assunto abordado, em conjunto com o Presidente Zanatta, e o mesmo expõe que só
449 para detalhar como exemplo quanto a questão Psicossocial atendida pelos CAPS, programa-se meta
450 de 100% de cobertura a toda a população, e toda a questão que envolve o que está alcançável pelo
451 poder Público em Saúde Mental, está indistinto para todos os grupos sociais, e não estará aqui, negro,
452 aidético, população de rua, e após continuarem fazendo a busca, e não encontrando a questão, o
453 Presidente Zanatta reporta-se para a Conselheira Iyálòrisá Joilda faz a sugestão do Conselho acatar a
454 demanda e chamar a mesma para discutir dentro do grupo de trabalho da Secretaria Municipal de
455 Saúde, para verificar se é possível encaixar a temática de alguma forma. A Conselheira Iyálòrisá Joilda
456 responde que inclusive dentro do evento, que é um evento reconhecido pelos Gestores, legalizado,
457 foram discutidos, e que foram tirados algumas demandas, de criar um GT, um grupo de trabalho,
458 direcionado para população negra, e esse grupo já existe dentro da CES – Conselho Estadual de
459 Saúde, existe um grupo de trabalho que trata essa temática, e foi retirado das demandas dentro do
460 Evento de Saúde, e da I Conferência Livre de Saúde que aconteceram juntos, e essa foi uma das
461 demandas, a criação desse GT, inclusive com a sugestão sua Dr. Moacir, parabéns pela sua sugestão.
462 O Secretário de Saúde e Conselheiro Moacir afirma que tem buscado que as Políticas principalmente a
463 de Estado se aliem com as municipais, e que cidades como Maringá já estão há mais tempo discutindo
464 essa pauta, para nos espelharmos, e que tem um corpo técnico há muito mais tempo, assim como
465 Londrina, que a sugestão é para que se abra essa discussão pois não terminou o Plano, sendo trazido
466 para discussão, sendo este o momento para trazer sugestões, e que entende que seria necessário
467 abrir uma nova Diretriz, que há algumas ações que já fazem parte do Plano de Governo, que é a
468 implantação de uma equipe de Atenção a População de Rua, e também a implantação da equipe de
469 Atenção a Saúde Prisional, que essas questões que foram levantadas diante da população em
470 vulnerabilidade social, e também de uma maneira mais ampla, não só a Saúde da População Negra,
471 mas também vinculada da população LGBTQIA+, mas se pautar nas questões de vulnerabilidade, não
472 bastando não ser racista, mas ser antirracista. Discutirmos e pautarmos das questões de População
473 com Deficiência, pautando junto com Estado para aproveitar o momento e nos fortalecermos, e se for o
474 caso discutir dessas demandas específicas. O Presidente Zanatta novamente questiona se há alguma
475 pontuação a fazer diante do Plano, tendo a Conselheira Iyálòrisá Joilda enfatizado novamente a
476 inclusão de povos e comunidades tradicionais, até para captação de recurso Federal, Estadual, que na
477 realidade Arapongas hoje o exemplo entre de atividade, de evento, de debate, e de discussão, hoje
478 tem Estados que já estão há muito mais tempo do que nós, mas nós temos muito mais trabalho, e
479 então essa Gestão fortaleceu muito, com olhar holístico para todas essas populações vulneráveis, e
480 hoje somos um destaque a nível Nacional, Internacional, e que estarmos nos aliando dentro das

481 Políticas Públicas, nas esferas governamentais, Federal, Estadual e Municipal, é importante, até na
482 captação de recursos específicos para essas populações. A Conselheira Márcia referindo-se a Diretriz
483 13 diz que achou a linguagem muito rebuscada, não tendo entendido exatamente do que se trata, não
484 estando objetiva, o Presidente Zanatta afirma que este objetivo está exatamente disposto como está
485 descrito no Regimento Interno do CMS, que cumprindo a Legislação Federal define a finalidade do
486 Conselho, que então tem que ser garantido o que reza o art.2 desse Regimento, sendo colocado como
487 Meta, não se colocando cerca de 30 objetivos do Conselho, afirmando ainda que a única Conselheira
488 que tendo analisado a Programação Anual deu retorno foi a Conselheira Iyalòrisá Joilda, observando
489 que a maioria dos itens como Metas da Diretriz 13, do Controle Social se referiam a Ouvidoria, e que
490 então foi colocado único item dentro das Metas dessa Diretriz de forma bastante abrangente, e faz
491 leitura das diversas Metas, porém garantido para o Controle Social em Saúde o Conselho como órgão
492 colegiado máximo, e sendo o seu indicador a garantia das realizações das Reuniões Plenárias, e então
493 o cumprimento de 100% dos objetivos, e uma Diretriz a ser seguida. Na sequência informa da
494 aquisição de equipamento de ar - condicionado e impressora para o Conselho, e da necessidade de
495 aquisição de equipamento de informática notebook para 2022, assim como a devolução do veículo em
496 uso no Conselho ao pátio Municipal por falta de condições de uso, que a demanda para concerto do
497 mesmo fica em torno de R\$14 mil reais, o que representa mais de 50% do valor do próprio veículo, e
498 que a Secretaria de Saúde em conjunto ao CMS optou por permanecer sem o veículo estando sendo
499 usados os veículos próprios do Presidente e da Secretaria Executiva. O Conselheiro Alecsandro diz
500 que há uma discussão onde devemos avançar, que é o Município avançar no sentido de ter um
501 Hospital Materno Infantil próprio, sugerindo que se estude a possibilidade de que seja onde há hoje o
502 24 horas no Jaime de Lima, Materno Infantil, ao que o Presidente Zanatta afirma que a sua sugestão
503 seria para aquela área do 24 horas para atendimento como Hospital Psiquiátrico, uma vez que o
504 Município carece muito, e ainda que para a inclusão dessas propostas no Plano haveria ainda
505 necessidade de avaliação de projeto, com propositura da municipalidade, de análise de viabilidade
506 econômica, antes de se falar de incluir no Plano, citando que podemos avançar nessa discussão, e
507 incluir oportunamente no Plano, que é mutável. Novamente é colocado em votação e apreciação para
508 aprovação o Plano Municipal de Saúde 2022-2025, informando que a qualquer tempo os Conselheiros
509 de suas Entidades podem estar fazendo alguma ponderação, e a Conselheira Iyalòrisá Joilda
510 questiona se será com as ponderações, ao que o Secretário de Saúde Moacir diz que assumindo o
511 compromisso que discutiram, e possa não na primeira Reunião porque será logo na sequência do
512 período de final de ano, mas que possa até o final de janeiro para não ficar um Plano incompleto já
513 trazer essas propostas finais e ter esse tempo, e coloca que aqueles que queiram fazer alguma outra
514 sugestão como comentado, que assumam esse compromisso de até o final de janeiro no máximo, para
515 estar sendo construído uma Diretriz, e o Presidente Zanatta coloca que fica a observação feita, e faz
516 sugestão para que a Conselheira Iyalòrisá Joilda para que já no dia 17 compareça junto ao Conselho,
517 para que possam iniciar a construção desta Diretriz, e sendo portanto o Plano Municipal de Saúde
518 aprovado por unanimidade com as pontuações citadas. Como último ponto de Pauta o Presidente
519 Zanatta conforme descrito na Pauta comenta do encerramento da vigência de Gestão desta Mesa, que
520 ocorrerá em 31 de dezembro, e que conforme reza o Regimento ou se realiza novo processo eleitoral,
521 inclusive podendo haver prorrogação de mandato, e que todos os membros da Mesa, citando os
522 Conselheiros Moacir, Roseli e Robério se dispõem a continuidade, submetendo ao Conselho a
523 avaliação e decisão se a Mesa será reconduzida por mais dois anos, ou se abriremos processo
524 eleitoral. A Conselheira Márcia se manifesta pelo processo eleitoral, e a Conselheira Iyalòrisá Joilda
525 pela prorrogação do mandato, e afirma que somente agora o Conselho conseguiu se reestruturar,
526 citando as ações da Mesa Diretiva, e como base as Comissões estão com trabalhos iniciados, e que
527 uma nova eleição poderia interferir nesse processo, ao que o Presidente Zanatta cita que seria
528 importante um feedback por parte da Plenária sobre a condução do Conselho nesse período, havendo
529 várias falas por parte dos Conselheiros inaudíveis sobre o Processo Eleitoral e também da Conferência
530 Municipal e Estadual de Saúde, a qual o Presidente afirma que será realiza etapa municipal em março
531 de 2023, e que desta forma mesmo que o mandato seja para dois anos se encerrará após a
532 Conferência. A Conselheira Maria Madalena se desculpa pela dificuldade que tem em participar das
533 reuniões, mesmo com seu titular não comparecendo, porém que encontra-se com problemas com sua
534 filha pois a mesma está com a gravidez de risco, sendo programado o parto para janeiro. O
535 Conselheiro Antonio Magro opina que deveria dar continuação da Gestão desta Mesa, sugerindo que
536 se fizesse uma votação simples, ainda com questionamento se há outros interessados em montar
537 chapa, e a Conselheira Heloísa afirma que de qualquer forma deverá haver processo eleitoral, e
538 também o Conselheiro Alecsandro afirmando que para deixar isso disciplinado, que a reeleição envolve
539 um processo eleitoral, que é reeleição e não recondução, sugerindo que haja consenso do Conselho
540 para que haja Chapa Única, e que a Mesa tem todo o potencial para organização da próxima

541 conferência. O Presidente Zanatta faz lembrança que anteriormente foram reconduzidos na Gestão da
 542 Mesa os Presidentes Conselheiros, Sérgio Azevedo e Antônio Martins sem processo eleitoral, inclusive
 543 na Gestão da Sra. Márcia como Secretária de Saúde, e novamente houvera, várias discussões
 544 inaudíveis. O Conselheiro Sérgio Azevedo questiona se há alguém que tem interesse em montar uma
 545 chapa, pois em contrário sugere o pleito simples, reconduzindo a Mesa. O Presidente Zanatta reafirma
 546 que o mandato se encerra em 31 de dezembro, podendo continuar até o próximo pleito, o Conselheiro
 547 Alecsandro sugere que seja feito a eleição na primeira reunião de janeiro, que convoque novamente a
 548 Comissão Eleitoral, que se registre a chapa, não abrindo novos precedentes, havendo então decisão
 549 da Plenária para se abrir novo Processo Eleitoral em janeiro de 2022. Foi realizado convite a todos os
 550 membros participantes dessa Plenária para uma Confraternização em Pizzaria local para o
 551 encerramento das atividades destes últimos dois anos do Conselho, a qual não fora realizada em 2020
 552 devido a Pandemia COVID – 19 .Desta forma, não havendo nada mais a tratar o Presidente de Mesa
 553 Zanatta agradece novamente todo os que participaram desta Plenária, dando encerramento a mesma,
 554 a qual por degravação, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes – Secretária Executiva, junto ao Presidente e
 555 Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em de 18 de janeiro de 2022 lavramos a presenta Ata.
 556

NOME	SEGMENTO	ASSINATURA
Moacir Paludetto Junior – Titular – Vice-Presidente – SEMUS	Gestores	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Márcia Cristina Krempel – Titular – HONPAR	Prestadores	
Heloísa Toledo Volpato – Titular Irmandade da Casa	Prestadores	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – Presidente – SINDSAÚDE	Trabalhadores	
Gisele Dias Picolo – Titular – COREN	Trabalhadores	
Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS	Trabalhadores	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR	Trabalhadores	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA	Usuários	
Maria Madalena Carneiro – Suplente Ong Olho D' Água	Usuários	
Alzira Maria da Silva Rocha – Titular Pastoral da Saúde	-	
Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais	Usuários	
Antonio Jorge Magro – Titular – Ass. de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Francisco Robério Peres Cunha – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ent. Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKÉTU;	Usuários	
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	
Gerson Pizzo – Membro da Associação de Pessoas com Deficiência de Araongas – APDA	Participante	